

INCTE 2018

3.º Encontro Internacional de Formação na Docência
3rd International Conference on Teacher Education

Livro de Atas



INSTITUTO POLITÉCNICO DE BRAGANÇA Escola Superior de Educação

Bragança | 4 e 5 de maio | 2018

Livro de Atas

III Encontro Internacional de Formação na Docência (INCTE)

3rd International Conference on Teacher Education (INCTE)

Título: III Encontro Internacional de Formação na Docência (INCTE): livro de atas
Edição: Instituto Politécnico de Bragança
Editores: Rui Pedro Lopes, Manuel Vara Pires, Luís Castanheira, Elisabete Mendes Silva, Graça Santos, Cristina Mesquita, Paula Fortunato Vaz (Eds.)
Ano: 2018
ISBN: 978-972-745-241-5
Handle: <http://hdl.handle.net/10198/17381>

Organização

O INCTE 2018 é organizado pelo IPB, onde decorrem as sessões.

Comissão Organizadora

Adorinda Gonçalves (IPB, Portugal)
Angelina Sanches (IPB, Portugal)
Carla Guerreiro (IPB, Portugal)
Cristina Mesquita (IPB, Portugal)
Elisabete Silva (IPB, Portugal)
Elza Mesquita (IPB, Portugal)
Graça Santos (IPB, Portugal)
Jacinta Costa (IPB, Portugal)
João Carvalho Sousa (IPB, Portugal)
Manuel Vara Pires (IPB, Portugal)
Manuel Luís Castanheira (IPB, Portugal)
Maria do Céu Ribeiro (IPB, Portugal)
Maria Isabel Castro (IPB, Portugal)
Maria José Rodrigues (IPB, Portugal)
Maria Raquel Patrício (IPB, Portugal)
Mário Cardoso (IPB, Portugal)
Paula Fortunato Vaz (IPB, Portugal)
Rosa Novo (IPB, Portugal)
Rui Pedro Lopes (IPB, Portugal)
Telma Queirós (IPB, Portugal)

A licenciatura em educação física (EaD) na universidade estadual de Ponta Grossa	775
<i>Marcus William Hauser, Damaris Beraldi Godoy Leite, Virgínia Ostroski Salles, Antonio Carlos Frasson, Luiz Alberto Pilatti</i>	
Alfabetização agroecológica ambientalista: formação e extensão universitária para uma cidadania global responsável	783
<i>Marcos Sorrentino, Simone Portugal</i>	
Caracterização das atitudes dos jovens face ao ambiente, rendimento escolar e área de residência	793
<i>Maria da Conceição Martins, Feliciano H. Veiga</i>	
Educação e cidadania: necessidades formativas dos docentes	803
<i>Ilda Freire-Ribeiro</i>	
Educação financeira e cidadania participativa: um primeiro passo no 1.º CEB	811
<i>Lina Fonseca</i>	
Educação para o desenvolvimento na formação de professores: a percepção dos estudantes	821
<i>Maria da Conceição Martins, Angelina Sanches, Sofia Bergano, Elza Mesquita, Ilda Freire-Ribeiro</i>	
El profesor-tutor en los programas de tutoría entre iguales en la universidad	831
<i>Yadirnaci Vargas Hernández, Vega María García González</i>	
Estudiantes universitarios y sus trayectorias formales e informales con las TIC: tecnobiografías .	839
<i>Eduardo García Zamora, Pilar Rodrigo Lacueva</i>	
Formação continuada em contexto: ensino de estatística com recurso à tecnologia digital	849
<i>Cristiane de Fatima Budek Dias, Caroline Subirá Pereira, Marcos Mincov Tenório, Guataçara dos Santos Junior</i>	
Formação continuada para o ensino de estatística: as pesquisas no cenário brasileiro	859
<i>Cristiane de Fatima Budek Dias, Caroline Subirá Pereira, Marcos Mincov Tenório, Guataçara dos Santos Junior</i>	
Global Schools: integração curricular da ED/ECG no ensino básico	868
<i>Luísa Neves, Alexandra Esteves, Ana Barbosa, Eliana Madeira, Gabriela Barbosa, Joana Oliveira, Jorge Cardoso, La Salete Coelho, Teresa Gonçalves</i>	
Perfil dos docentes da UTFPR, única UT brasileira: do ideal ao real	878
<i>Caroline Lievore, Luiz Alberto Pilatti</i>	
Valores emergentes em texto dramático para a infância percebidos por futuros professores . .	886
<i>Carla Guerreiro, Paula Fortunato Vaz, João Lopes Marques Gomes</i>	
Práticas Pedagógicas no Ensino Superior	893
Abordagem das transformações geométricas com futuros professores do ensino básico	895
<i>António Guerreiro</i>	
AduLeT project and educational technologies – upgrades to the state of the art	904
<i>Vítor Gonçalves, Isabel Chumbo, Elisabete Mendes Silva, Maria Raquel Patrício</i>	
Arte y pedagogía, binomio perfecto en la formación de pedagogos	915
<i>Sonia Rodríguez Cano, Concetta Maria Sigona, Vanesa Ausín Villaverde</i>	
Ensino de álgebra linear no ensino superior politécnico: práticas e implicações	920
<i>Paula Maria Barros, José António Fernandes, Cláudia Mendes Araújo</i>	

Educação e cidadania: necessidades formativas dos docentes

Ilda Freire-Ribeiro¹
ilda@ipb.pt

¹ *Escola Superior de Educação, Instituto Politécnico de Bragança, Portugal*

Resumo

A formação docente é um processo evolutivo, dinâmico, específico e de apelo a atualizações constantes. A formação inicial é apenas uma primeira etapa num extenso e incessante processo de formação e desenvolvimento profissional. A formação continuada é entendida como complemento à primeira formação. Depois da formação inicial e no decorrer da experiência em terreno educativo, cabe ao docente analisar necessidades e reconhecer as áreas ou temas em que haja algum tipo de insegurança, ou que queira conhecer melhor. Importa por isso, continuar a formação no sentido de contribuir para o aumento da qualidade da docência, em prol de uma melhor educação e aprendizagem. Os docentes terão que assumir o caminho da sua própria formação. Nesta comunicação pretende-se saber o entendimento de oito professores do 1.º ciclo do ensino básico, de uma escola do norte do país, em relação ao seu percurso formativo e às necessidades sentidas na lecionação da educação para a cidadania, área curricular não disciplinar e de cunho transversal. Numa abordagem qualitativa, recorreu-se à entrevista semiestruturada. Os dados revelam que, embora reconheçam a influência de outras agências de formação (não formal e informal), os inquiridos admitem que a sua formação de base, não teve especial atenção a formação pessoal, humana e social, que entendem como essencial na abordagem de questões de cidadania. Para estes docentes o lado mais humanista da formação ficou um pouco aquém das expectativas, apresentando-se como uma das principais lacunas evidenciadas. No que concerne à educação para a cidadania, os professores admitem ter sentido necessidade de uma formação mais específica, no entanto consideram que a experiência proporcionada pela prática ao longo do seu percurso profissional foi decisiva para se manterem atualizados neste assunto. Algumas das opiniões recolhidas salientam também a autoformação como fundamental para a abordagem de temas de cidadania.

Palavras-Chave: formação de professores; educação; cidadania.

Abstract

Teacher training is an evolutive, dynamic, specific process, and appealing to constant updates. Initial training is only a first step in an extensive and incessant process of professional training and development. Continuing training is understood as a complement to the first training. After the initial training and during the experience on educational ground, it is up to the teacher to analyze needs and to recognize the areas or themes where there is some type of insecurity, or that wants to know better. It is therefore important to continue training in order to contribute to the increase in the quality of teaching, in the interests of better education and learning. The teachers will have to take the path of their own formation. In this communication it is intended to know the understanding of eight teachers of the 1st cycle of basic education, of a school in the north of Portugal, in relation to its formative path and the needs felt in the teaching of education for citizenship, curricular area not disciplinary and cross-cutting. In a qualitative approach, the interstructured interview was resorted to. The investigation reveals, that the teachers recognize the influence of other training agencies (non-formal and informal), respondents admit that their basic training has not paid particular attention to personal, human and social training, which they understand as essential in the approach of citizenship issues. For these teachers the most humanist side of the formation was a little short of expectations, presenting themselves as one of the main gaps highlighted. As far as citizenship education is concerned, teachers admit that they have felt the need for more specific training, however they consider that the experience provided by practice along their professional path has been decisive in keeping updated on this subject. Some of the opinions gathered also highlight the auto formation as fundamental to the approach of citizenship issues.

Keywords: teacher education; education; citizenship.

1 Formação de professores

A formação de professores pressupõe um desenvolvimento permanente e ao longo da vida do professor, no qual se vão adquirindo um amplo leque de competências do foro científico, técnico, pedagógico, social e pessoal. Concomitantemente, há um progressivo crescimento intelectual, profissional e emocional que se modifica na procura de inovação, crescimento e aperfeiçoamento das aptidões, atitudes, saberes. Assim, é imprescindível centrar-se nas reais necessidades e características pessoais de cada um, sempre com o objetivo de aperfeiçoar e despoletar mais capacidades e potencialidades.

A formação de professores representa uma interação entre duas pessoas, o formador e o formando, que têm como intenção modificar algo no processo de ensino-aprendizagem e é encarada como um processo contínuo, existindo uma forte relação entre a formação inicial e a formação continuada, ao longo da vida. Nesta perspetiva os conhecimentos adquiridos na formação inicial não devem ser vistos como “produtos acabados” (Marcelo-García, 1999, p. 27), mas sim como uma primeira fase de um longo processo de desenvolvimento. Este processo, segundo Marcelo García (1999), deverá consistir em “processos de mudança, inovação e desenvolvimento curricular” (p. 27) que deverão estar ao serviço do progresso organizacional da escola, constituindo-se facilitadores da melhoria no ensino e numa transformação da escola.

A articulação entre a formação pedagógica dos professores e os conteúdos programáticos das disciplinas do curso, a necessidade de integração teórica e prática, bem como a reflexão epistemológica da prática, são aspetos que deverão ser alvo de reflexão na formação de professores.

Observando a formação de professores e as alterações que sofreu ao longo do tempo, é inevitável referir que a formação é fruto do cruzamento de diversas visões, problemáticas de ordem política, filosófica, histórica, científica e técnica, até porque cada plano de formação veicula-se por transparecer os ideais da sociedade, numa determinada época histórica e devidamente contextualizada.

1.1 Formação inicial de professores

Nos últimos anos tem vindo a crescer a importância dada à formação inicial de professores, reconhecendo-se que se não existir uma formação estruturada, sólida e que vá ao encontro do que é solicitado nas reorganizações curriculares, é certo que estas falharão ou serão implementadas mitigadamente.

No contexto da sociedade contemporânea o papel da escola e dos professores, como motor de mudança e de inovação, é fundamental. Espera-se que o professor seja capaz de desenvolver estratégias que visem a qualidade da educação de forma a responder positivamente às exigências sociais.

Podemos mencionar que a formação inicial de professores se apresenta como uma formação para a preparação de uma profissão única e cheia de especificidades (Formosinho, 2009). Estas especificidades tão características à profissão de professor tornam a formação inicial mais singular e diferente da de qualquer outra profissão. Uma dessas particularidades é que o futuro professor, ao longo da sua vida escolar observou o desempenho de muitos professores o que contribuiu, em parte, para o desenvolvimento de uma aprendizagem implícita sobre a profissão docente.

Falar de formação inicial de professores é falar da ótica como olhamos o ensino e a educação, da forma como perspetivamos o professor. São vários os autores (Perrenoud, 1993; Roldão, 1999; Marcelo-García, 1999; Estrela, 2002) que consideram que o conceito de formação de professores apela para significados, teorizações e práticas diversas. Perrenoud (1993) refere que a formação é uma “intervenção visando uma modificação nos domínios dos saberes, dos saber-fazer e do saber-ser, do sujeito” (p. 19). Marcelo-García (1999) entende formação de professores como uma “área de conhecimentos, investigação e de propostas teóricas e práticas” (p. 26) que permite ao futuro professor adquirir ou melhorar capacidades, desenvolver competências, de modo a “intervir profissionalmente”, sempre com o intuito de “melhorar a qualidade da educação que os alunos recebem” (Marcelo-García, 1999, p. 26).

De um modo geral a formação inicial de professores procura desenvolver nos futuros professores competências reflexivas, profissionais, interventivas e emancipatórias para que consigam realizar uma prática de sucesso, favorecedora de relações interpessoais verdadeiras, cidadãs e profissionais onde todos se empenhem para promover um ensino de qualidade, holístico e participativo.

1.2 Formação continuada de professores

A formação de um professor não se esgota na formação inicial. Sendo esta uma etapa fundamental, porque orienta o percurso posterior, não se mostra suficiente uma vez que se encara o desenvolvimento profissional como um processo contínuo de atualização e aperfeiçoamento. Deste modo passamos a encarar a formação de professores numa perspetiva permanente que se realiza ao longo da vida profissional, em função das suas reais necessidades. Aprender é algo que se processa ao longo da vida, daí que a formação inicial deva constituir uma fase em que se criam disposições para continuar este processo. A formação continuada deverá proporcionar que o docente tenha a oportunidade de aprofundar os seus conhecimentos e oferecer a oportunidade de se atualizar, aperfeiçoar técnicas, ganhar novas atitudes e produzir novos saberes. Nas palavras de Rodrigues e Esteves (1993) formação contínua será aquela que tem lugar ao longo da carreira profissional após a aquisição da certificação profissional inicial. Neste caso, a formação contínua é sequencial à formação inicial, adquirindo estatuto qualitativamente diferenciado em relação àquela. Também Formosinho (1991) defende que a formação contínua é sequencial à formação inicial, e claramente distinta desta, argumentando que “o conceito de formação contínua distingue-se essencialmente do de formação inicial não pelos conteúdos ou metodologias de formação, mas pelos destinatários” (p. 237) sendo que é oferecida a pessoas em condição de adultos, com experiência de ensino, o que influencia os conteúdos e as metodologias desta formação por oposição à da formação inicial oferecida geralmente a jovens sem experiência de ensino.

Em 1986, a Lei de Bases do Sistema Educativo confere-lhe particular relevo, consagrando-a como direito de todos os educadores, professores e outros profissionais da educação (artigo 35.º, n.º 1). Salientando o articulado no mesmo artigo, no ponto n.º 2, que a formação contínua deve ser suficientemente diversificada, de modo a assegurar o complemento, aprofundamento e atualização de conhecimentos e de competências profissionais, bem como possibilitar a mobilidade e a progressão na carreira.

Há uma grande diversidade das instituições responsáveis pela oferta da formação contínua. Ela é assegurada essencialmente por: instituições de ensino superior; centros de formação constituídos por escolas que se associam para o efeito; centros de formação das associações profissionais ou científicas; serviços da administração central ou regional de educação, entre outras instituições. As metodologias utilizadas também se apresentam sob forma variável e como tal coexistem ações de formação cuja modalidade assenta em: curso, módulos, disciplinas singulares no ensino superior e seminários considerados mais tradicionais, a par com outras modalidades centradas nos contextos escolares, como é o caso das oficinas de formação, dos estágios, dos projetos e dos círculos de estudos.

São muitos os agentes educativos que procuraram formação continuada que responda adequadamente às suas necessidades. A formação continuada será mais relevante se contribuir para o real e efetivo desenvolvimento competente e profissional do professor e contribua também para uma aprendizagem profissional em que os professores pela análise, reflexão e posterior mudança de práticas, cresçam e se sintam cada vez mais preparados para enfrentar os desafios do processo de ensino e aprendizagem.

Creemos que não é possível, nem tão pouco desejável, dissociar a formação inicial da formação contínua. A formação do professor deve ser entendida como um longo processo que é a base do crescimento profissional do professor. Entendida como um instrumento de aprendizagem profissional, onde a reflexão e análise levam às mudanças de práticas, os professores desenvolvem-se profissionalmente, atribuindo um sentido à sua formação.

Realçamos que estar em constante formação é essencial ao sucesso profissional de cada professor. Cabe-lhe, determinar e avaliar quais são as suas necessidades formativas e educativas para poder decidir o que fazer para que haja desenvolvimento profissional. Esta procura de formação deve depois refletir-se na alteração de práticas educativas, fazendo-se uma transferência de aprendizagens. Por isso é que é tão importante que o professor se mantenha atualizado e procure, na medida do possível e em prol da melhoria da qualidade de ensino, crescer como profissional competente e cidadão interessado.

A educação para a cidadania tem sido um dos temas oferecidos pelos centros de formação contínua, no sentido de ir ao encontro das reais necessidades dos docentes, fomentando a inovação pedagógica e mudanças de práticas educativas.

2 Formação de professores e educação para a cidadania

A educação para a cidadania deverá ser um assunto de responsabilidade partilhada, embora a escola possa ter um papel ativo na construção da cidadania democrática. A escola deve viver em clima favorável à cidadania, deve ser um espaço aberto e polivalente, onde se possa construir um espaço educativo capaz de preparar os jovens para o pleno exercício da cidadania. Sabemos que assumir o compromisso de educar para a cidadania não pode ser apenas uma bandeira, espera-se, face aos tempos que correm, que seja uma realidade a concretizar no plano das conceções, das teorias e na vida das escolas.

Temos noção que o êxito ou o fracasso de uma matéria depende, entre outros fatores, do corpo docente. Os professores como principais atores educativos têm de se sentir preparados para levar a bom porto esta difícil, mas aliciante, tarefa que é educar para a cidadania na cidadania. Os professores podem tomar várias atitudes em relação à lecionação de conteúdos de cidadania, nomeadamente se esta assumir um carácter transversal. Ora isto faz com que os docentes tenham de adquirir e desenvolver novas competências e, como sublinha Perrenoud (2005) assumir uma “nova identidade profissional” e uma nova “relação com o saber e com os alunos” (p. 42). No entanto se estes conteúdos não foram integrados na formação inicial poderão não passar de intenções. Figueiredo e Silva (1999) salientam este aspeto e acrescentam que “pede-se aos professores que sejam formadores de competências, capacidades e atitudes democráticas, [mas] alimenta-se pouco a formação destes formadores” (p. 39).

Considerar questões de cidadania e integrá-las na formação de professores, poderá ser decisiva para a construção da escola de cidadania que se deseja. Os planos curriculares da formação de professores deveriam estabelecer “conteúdos de carácter sociológico, ético-filosófico e relativos à psicologia do desenvolvimento social e moral” (Fonseca, 2000, p. 48) e de desenvolvimento de competências cidadãs, já que “o futuro encarregar-se-á de mostrar que as capacidades e as competências adquiridas em meio cultural serão vantagens para os cidadãos de amanhã” (Conselho Nacional de Educação, 2001, p.148).

É também relevante fazer com que os professores tomem consciência da sua responsabilidade como educadores para a cidadania, sendo uma das tarefas prioritárias, despertar os jovens para o exercício de uma cidadania democrática, para a tolerância, contribuindo para a formação de uma consciência cívica e responsável. Torna-se um imperativo aprofundar os conhecimentos da democracia, da participação e para tal deverá exercer-se uma aprendizagem cidadã, participativa, significativa e ativa onde todos, os que se dizem cidadãos, possam refletir, agir, e cooperar responsabilmente. Cabe, portanto, ao professor funcionar como um mediador do acesso ao conhecimento dos jovens, desenvolvendo para tal, saberes, competências e atitudes que fomentem a educação para e pela cidadania (Figueiredo, 1999).

Retomando um estudo europeu efetuado no âmbito da cidadania, pelo Conselho da Europa, em 30 países europeus, podemos constatar que no que respeita à formação dos professores que podem lecionar educação para a cidadania deve ser exigida a mesma qualificação que é exigida a qualquer outro docente. De acordo com o disposto no documento, a educação para a cidadania pode ser efetivada tendo em consideração três distintas abordagens: “(1) ser incluída na formação inicial de professores, (2) revestir a forma de um programa especial destinado apenas àqueles que pretendem ensinar educação para a cidadania, ou (3) ser incluída somente na formação contínua de professores” (Eurydice, 2005, p. 48). Realça o estudo que, no nível primário, a cidadania é trabalhada essencialmente pelo professor de formação geral, mas no nível secundário está reservada àqueles docentes que possuem uma especialização, mas que pode não ser nesta área específica. A formação inicial de professores, na maioria dos países estudados não oferece um programa específico de educação para a cidadania e como tal, nestes países a educação para a cidadania é lecionada por docentes especializados noutras áreas. Em países como a República Checa, Letónia, Lituânia, Áustria, Eslováquia, Finlândia e Inglaterra, podemos encontrar programas específicos na formação inicial de professores de educação para a cidadania que podem adquirir uma formação especializada na área.

Salientamos que na Roménia apesar da formação inicial não contemplar a educação para a cidadania, quando admitidos nas escolas, os professores terão de fazer um exame de admissão que envolve atividades relacionadas com a cidadania baseadas num curriculum especializado que inclui a avaliação de competências. Em 14 países, as qualificações mínimas exigidas para ser professor, incluem aspetos de cidadania. No que diz respeito à formação contínua todos os 30 países oferecem formação em educação para a cidadania, sendo mesmo obrigatória no Listenstaine, para os novos docentes.

Segundo as recomendações do Comité de Ministros aos Estados-Membros do Conselho da Europa sobre Educação para a Cidadania Democrática, a realização dos objetivos específicos da educação para a cidadania pressupõe que os agentes responsáveis pela educação tenham uma preparação adequada. Na perspetiva de credenciar estes profissionais com competências desejáveis para abordar a educação para a cidadania, propõem: (i) o estabelecimento de programas específicos relativos à educação para a cidadania democrática no âmbito da criação ou da reforma dos sistemas de formação inicial e contínua dos docentes; (ii) a incorporação de uma sensibilização para os princípios, objetivos e métodos da educação para a cidadania democrática nos programas de formação inicial e contínua dos docentes de todas as disciplinas e domínios; (iii) a disponibilização dos suportes pedagógicos necessários, especialmente nas instituições formais de formação de docentes; (iv) o incentivo ao desenvolvimento de centros de consultoria e recursos metodológicos e pedagógicos abertos ao conjunto dos agentes envolvidos na educação para a cidadania democrática; (v) o reconhecimento do papel e do estatuto dos agentes que operam em contextos não formais e informais (Conselho da Europa, 2002).

Ora, neste sentido, todos os professores, qualquer que seja a sua área ou disciplina, também educam para a cidadania (Figueiredo, 2002; Fonseca, 2000). A fazer-se bem, deveria educar-se para a cidadania, pelos pressupostos da cidadania. Várias são as formas dos professores manifestarem e exercerem a sua cidadania: as metodologias que selecionam, as atitudes que adotam, a pedagogia que elegem, a maneira como fomentam o diálogo, a participação e a reflexão nas suas aulas, o modo como gerem conflitos e os direitos pelos quais se pautam. Importa é que os docentes se impliquem diretamente na promoção da cidadania em contexto educativo.

Em todos os aspetos, o papel do professor continua a ser fundamental na educação e formação do cidadão que se pretende, ou seja; “se quisermos educar cidadãos passivos de um estado autoritário, poderemos usar a endoutrinação moral” mas se a aposta for noutra sentido como “a criação de cidadãos livres, críticos e respeitadores dos direitos humanos, devemos proporcionar-lhes ambientes escolares onde possam pensar, argumentar, tomar decisões, escolher” (Marques, 1998, p. 13) assegurando o professor um ambiente democrático, estável e livre.

3 Enquadramento empírico

A introdução nos currícula da nova área curricular não disciplinar de formação cívica e o cunho transversal da educação para a cidadania pode trazer alguma volubilidade no trabalho do professor. Quisemos saber se esta introdução curricular trouxe algum tipo de necessidades de formação docente para que se sintam mais preparados para a lecionar. Mas antes quisemos também perceber se a formação inicial os tinha prevenido para estas questões de cidadania. Assim, é nossa intenção perceber o entendimento dos professores em relação ao seu percurso formativo e às necessidades sentidas no que diz respeito às mudanças legislativas que determinam alterações significativas na prática pedagógica.

Para tal, recorreu-se à entrevista semiestruturada na tentativa de realizar uma intervenção dialógica junto de oito professores do 1.º ciclo do ensino básico de uma escola do norte do país, capaz de suportar uma interpretação crítica sobre os seus saberes, competências, práticas e sentires.

3.1 Perceções sobre as necessidades de formação para os professores

Todos os docentes entrevistados fizeram um percurso formativo que, na sua opinião, ainda não terminou. O que nos dá uma ideia de preocupação com a formação ao longo da vida profissional. Das conversas informais que tivemos com os inquiridos, salientamos o facto de todos se preocuparem com uma formação que acompanhe o seu trajeto profissional, ajudando a colmatar falhas ou necessidades mais específicas. Todos dizem administrar e gerir a sua formação continuada da melhor forma possível.

Quando questionados os docentes sobre se na sua opinião a instituição de formação inicial poderá ser responsável pelas competências desenvolvidas pelo professor, as respostas são mais ou menos unânimes ao considerarem que a formação inicial deve ser responsável na preparação para o desenvolvimento de competências uma vez que “as aprendizagens na formação inicial marcam o professor para a sua vida profissional. Estas aprendizagens são também conceitos que nos tornam cidadãos verdadeiros, ou seja, melhores cidadãos” (E2).

Há aqui uma espécie de ajuste ao que está determinado e a esperança de uma formação global e integral por parte da instituição formativa. A instituição formadora, para estes docentes, deverá proporcionar oportunidades para crescerem como profissionais, facilitando-lhes o acesso aos conhecimentos e ao desenvolvimento de competências, uma vez que “a formação inicial é marcante, aparece numa altura em que se está a formar a nossa personalidade, por isso o professor tem de contribuir positivamente para as competências dos seus alunos” (E6).

No entanto, outros inquiridos advertem para o facto da formação inicial só por si não ser suficiente, o que indica a procura de outras formações para efetivar o desenvolvimento de mais e renovadas competências, como podemos ler no seguinte testemunho:

não é por não ter desenvolvido algumas competências durante a formação inicial que o professor não as possa adquirir mais tarde, no decorrer da sua prática pedagógica. É só analisar as suas necessidades e investir na sua formação. O professor não pode ficar agarrado às competências que adquiriu durante o curso, porque elas até já podem estar em desuso, ou podem até não ser as melhores para o ensino atual. A reciclagem de conhecimentos deve ser uma das maiores preocupações do professor comprometido com um ensino de qualidade (E8).

Parece que este entrevistado está a referir-se à ideia de formação inicial como um processo incompleto e inacabado, preconizando o sentido de uma aprendizagem ao longo da vida, de uma formação holística, o que poderá contribuir para um melhor desenvolvimento profissional e para uma educação com qualidade.

Outros inquiridos consideram que a formação inicial, apesar de não poder ser a única responsável pelo desenvolvimento de competências, tem influência na forma como o professor pode ficar preparado para o exercício da sua profissão e encara o seu ofício, uma vez que “Pode não ser a única responsável, mas poderá ter um papel muito importante se procurar formar cidadãos conscientes dos seus direitos e deveres, bem informados e capazes de intervir no meio onde vivem” (E4).

Por outro lado, dois docentes, embora admitindo a responsabilidade da formação inicial na aquisição de competências, preferem dizer que a sua formação pessoal e os valores que prezam, são determinantes nesse desenvolvimento e na aquisição de novas competências. Assim,

se uma pessoa entra numa instituição onde é suposto fornecerem-lhe formação e competências para desempenhar a função de professor, é natural que se tal não acontecer, a instituição tenha responsabilidade. No entanto, como já referi, a predisposição e a formação pessoal do candidato a professor revelam um papel preponderante. Os handicaps pessoais são bem mais importantes (E3).

À pergunta se na sua formação inicial havia alguma disciplina específica de educação para a cidadania todos os entrevistados responderam que não. No entanto, quando se pergunta se se sentem preparados para o fazer, as opiniões dividem-se. Uns docentes alegam ter tido uma preparação específica enfatizando uma formação inicial baseada na transmissão de valores estruturantes e universais que os mesmos ainda hoje consideram como uma boa ajuda na abordagem da cidadania. Outros apontam várias lacunas à formação inicial, principalmente no que diz respeito à formação do “lado humano e social” (E6) da profissão docente. As lacunas convergem num só sentido, o sentido de uma formação, vocacionada para a “formação pessoal, social e humana” (E8) justificando-se a sua necessidade pela atualidade e pela necessária formação das crianças. Um docente refere que a formação inicial

falhou em aspetos emocionais e relacionais. A insistência era para aprendermos os conteúdos científicos, deixando de lado a formação social e pessoal que hoje em dia é tão necessária. Penso que hoje em dia era essencial haver uma disciplina que educasse os futuros professores para a cidadania, pois estes são fruto de uma sociedade que cada vez mais se esquece dos valores morais, os quais deveriam ser transmitidos e desenvolvidos no curso de formação inicial (E7).

Quando se questionaram os professores sobre a forma como atualmente se preparam para a abordagem da educação para a cidadania, as respostas dividem-se. Uns são da opinião que é necessária uma formação contínua consentânea com os pressupostos da cidadania democrática, outros consideram que a sua formação pessoal é mais que suficiente para abordar este tema transversal em contexto

educativo. Metade dos professores entrevistados admite que sente necessidade de formação no âmbito da educação para a cidadania, e que recorreu à formação contínua específica para se sentir mais capaz e mais preparado. A outra metade diz que sentiu necessidade de se enriquecer profissionalmente, mas não expressamente para frequentar ações de formação sobre cidadania, uma vez que para estes profissionais a autoformação, bem como a formação humana e as suas competências pessoais são encarados com uma mais-valia na abordagem da cidadania em contexto educativo uma vez que “Não senti necessidade dessa formação [específica de cidadania] porque sempre procurei pautar a minha vida pelos valores da cidadania e foi fácil transpô-los para a minha vida profissional” (E4). A experiência pode ser um recurso desta autoformação (Marcelo-García, 1999) e nesta linha cinco professores indicam como fonte de aquisição de formação de cidadania, a experiência adquirida com a prática. Parece que “através das vivências, dos exemplos do quotidiano” (E3) e das experiências se produzem aprendizagens diversas, que ultrapassam a simples aquisição de conteúdos científicos, tocando os indivíduos a nível das atitudes. Desta forma a cidadania é considerada “uma formação necessária ao longo da vida, não é só importante para exercer a minha profissão. E por isso ela vai-se adquirindo e desenvolvendo ao longo da vida, através das conversas, da partilha de experiências e com as vivências diárias” (E5).

Outros docentes referem-se a fontes diversas para a aquisição de ferramentas que melhorem a sua abordagem de cidadania em sala de aula. Desde a leitura de livros da especialidade, à visualização de filmes e comentários, passando por uma informação atualizada, os recursos são, de facto, vários. As fontes indicadas parecem mostrar que os nossos entrevistados se preocupam efetivamente com questões de cidadania, uma vez que, mesmo não recorrendo a formações mais convencionais, procuram recorrer a recursos materiais na tentativa de se preparem mais e melhor e encararem o desafio da cidadania como apenas mais um importante apontamento curricular.

4 Considerações finais

Formar bons cidadãos traz implicações a vários níveis. A começar pela formação dos responsáveis por essa missão – os professores. Neste sentido, a formação de professores pode constituir-se num vetor decisivo para levar a bom porto esse desiderato, mostrando-se condição necessária para que ocorra a mudança e exista inovação. Pensa-se que a nível educativo, as mudanças ambicionadas, passam pela reformulação do perfil profissional e pela ampliação de novos saberes e competências profissionais que a grande maioria dos docentes não teve oportunidade de desenvolver totalmente durante a formação inicial.

O saber adquirido e as competências desenvolvidas na primeira formação, para além de englobarem formação de carácter académico, devem agora incluir formação nos domínios pessoal, social e humano, fazendo frente aos desafios colocados pela sociedade. Reorientar a formação docente no sentido de dotar os futuros docentes de competências humanas, pessoais e intelectuais, para além de favorecer uma nova perspetiva de ensino, garante a promoção de um desenvolvimento mais humano e social nas crianças e jovens. A mobilização destas competências de ordem cívica e social é essencial para se saber estar em todos os contextos da vida e nas mais diversas dimensões da sociedade.

A sua operacionalização dependerá, em grande parte, da prática pedagógica do docente, das reflexões pertinentes, diálogos que se efetuam na sala de aula, do clima de abertura e de estímulo à participação, o que implica aprender cidadania pela via da cidadania.

5 Referências

- Conselho da Europa (2002). *Recomendação 12 do comité de ministros aos estados-membros do conselho da Europa sobre educação para a cidadania democrática*. Acedido em <http://www.cidadaniaeducacao.pt/Nova%20pasta/material/RECOMENDA%C3%87%C3%83%202002.pdf>
- Conselho Nacional de Educação (2001). *Educação, competitividade e cidadania*. Lisboa: Ministério da Educação.
- Delors, J., Al-Mufti, I., Amagi, I., Carneiro, R., Chung, F., Geremek, B., Gorham, W... & Nanzhao, Z. (1996). *Educação: um tesouro a descobrir. Relatório para a UNESCO da comissão internacional sobre*

educação para o Século XXI. Porto: Edições ASA.

- Estrela, T. (2002). Modelos de formação de professores e seus pressupostos conceptuais. *Revista de Educação*, XI(1), 17-29.
- Eurydice (2005). *A educação para a cidadania nas escolas da Europa*. Bruxelas: União Europeia. Acedido em <http://www.eacea.ec.europa.eu/ressources/eurydice/pdf/0.../055PT.pdf>
- Figueiredo, C. (2002). Horizontes da educação para a cidadania na educação básica. In *Novas Áreas Curriculares* (pp. 41-66). Lisboa: Ministério da Educação. Departamento da Educação Básica.
- Figueiredo, C., & Silva, A. S. (1999). A educação para a cidadania no ensino básico e secundário português (1974-1999). *Inovação*, 1(12), 27-45.
- Fonseca, A. (2000). *Educar para a cidadania: motivações, princípios e metodologias*. Porto: Porto Editora.
- Formosinho, J. (2009). Da especialização docente à formação especializada de professores. In J. Formosinho (Coord.), *Formação de professores. Aprendizagem profissional e acção docente*, (pp. 165-198). Porto: Porto Editora.
- Formosinho, J. (1991). *Formação contínua de professores: realidades e perspectivas*. Aveiro: Universidade de Aveiro.
- Lei n.º 46/86, de 14 de outubro de 1986. Diário da República no 237 – I Série. Lei de Bases do Sistema Educativo. Assembleia da República: Lisboa.
- Marcelo-García, C. (1999). *Formação de professores: para uma mudança educativa*. Porto: Porto Editora.
- Marques, R. (1998). *Ensinar valores: teorias e modelos*. Porto: Porto Editora.
- Perrenoud, P. (1999). *Construir as competências desde a escola*. Porto Alegre: Artmed Editora.
- Perrenoud, P. (2005). *Escola e cidadania: o papel da escola na formação para a democracia*. Porto Alegre: Artmed Editora.
- Roldão, M. C. (1999). Cidadania e currículo. *Inovação*, 12(1), 9-26.
- Rodrigues, Â., & Esteves, M. (1993). *A análise de necessidades na formação de professores*. Porto: Porto Editora.